

DIVERSIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: OS ESTUDANTES BRASILEIROS EM PORTUGAL

**Aline Bazzarella Merçon¹
Manuel Ferreira Rodrigues²
Nobre dos Santos³**

Introdução

Este texto resulta da reflexão realizada durante o mestrado em Ciências da Educação, na Universidade de Aveiro, Portugal. A relevância do tema surge a partir dos questionamentos diante da heterogeneidade cultural com que as sociedades europeias se confrontam, hoje. Nesse contexto, buscamos conhecer a representatividade do grupo de estudantes brasileiros de nível superior, na Europa, principalmente em Portugal, permitindo-nos refletir sobre as questões da internacionalização da educação, observando suas dimensões no domínio da expansão de conhecimentos e a igualdade universitária, a minimização da pobreza, a amplitude do acesso e a distribuição de recursos (MOROSINI, 2006).

Nesse estudo predomina a revisão bibliográfica onde expomos e esclarecemos sobre os conceitos e diferentes opiniões de alguns autores referentes à integração, internacionalização da educação e ideais de interculturalidade. Esse propósito visa pensar não somente numa perspectiva de ensino, mas em uma concepção que busca integrar, no comportamento de todos, o respeito pelas diferenças, a fim de percebermos o significado do encontro das pluralidades e sua repercussão no processo educacional.

No primeiro momento, expomos algumas medidas sociopolíticas adotadas, entre Portugal e o Brasil, para a cooperação internacional e a educação multicultural. No segundo, fazemos uma menção aos conceitos de integração, apresentando as relações interculturais que envolvem os estudantes universitários em países estrangeiros, especialmente os alunos brasileiros da Universidade de Aveiro. A seguir, refletimos sobre o papel sociocultural da internacionalização da educação e as vantagens e desvantagens da mobilidade estudantil, compreendendo a efetiva inserção das diversidades e a importância da promoção da interculturalidade no ensino superior.

¹ Mestre da Universidade de Aveiro Portugal. Aveiro-Portugal. Contato: alinebmercon@hotmail.com

² Professor Doutor do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro. Aveiro-Portugal. Contato: mfr@ua.pt

³ Professor Doutor do Departamento de Português, Faculdade de Ciências da Linguagem Comunicação e Artes da Universidade Pedagógica de Moçambique. Contato: nobresantoss@yahoo.com.br

1.1 Relações de amizade entre Portugal e Brasil

A *Convenção dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1990) busca assegurar e reconhecer a aplicação dos direitos fundamentais do indivíduo, obrigando os países a firmarem acordos e leis que reforcem ou criem condições para a existência de liberdade, de paz e de justiça no mundo. Com o início do novo milênio, notamos a preocupação das nações e organizações diante das temáticas sociais, elaborando e assinando acordos e tratados que tentam garantir os direitos da humanidade. Um bom exemplo é o da homologação da *Declaração do Milênio* (2000), em Nova Iorque, com a participação de 147 chefes de Estado e de governo de 191 países.

Dentre tantos debates e acordos mundiais, o fenômeno das migrações também tem sido bastante discutido. Tendo em conta o crescimento dos fluxos migratórios, surge a necessidade de os países de acolhimento repensarem as suas políticas e a inclusão desses novos grupos ao seu meio. A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994, no Cairo, analisa os diversos problemas (econômicos e sociais) suscitados pelas migrações internacionais, como os contributos positivos, tanto para os países de origem como para os países de destino (PATARRA, 2005).

Perante o extraordinário aumento das migrações, os países de acolhimento se confrontam com problemas de definição das suas políticas, especialmente no que diz respeito à inclusão dos estrangeiros. Tradicionalmente um país de emigrantes, Portugal tornou-se um “país de imigrantes”, após a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE). Depois de algumas hesitações, nos anos de 1990, Portugal adota políticas mais ativas para o acolhimento e integração dos mesmos. Assim, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) assume e coordena essa ação, tendo como missão:

promover a integração dos imigrantes e minorias étnicas na sociedade portuguesa, assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, parceiros sociais e instituições de solidariedade social na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão, assim como acompanhar a aplicação dos instrumentos legais de prevenção e proibição das discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica (Artº 1º, nº 2, DL 251/2002).

Observamos que as políticas de integração e acolhimento para os imigrantes em Portugal têm evoluído positivamente nos últimos anos, onde foi destaque e premiado no ano de 2010 pelas Nações Unidas, na avaliação do Migrant Integration Policy Index (MIPEX III) um estudo comparativo que analisou as medidas relativas à integração de imigrantes em 31 países da

Europa. “Portugal ocupou o primeiro lugar no ranking das políticas de reagrupamento familiar e o quarto lugar no acesso dos imigrantes a autorizações de residência permanentes” (SEF, 2010, p. 10).

Nesse contexto, salientamos que Portugal sobressai no cenário mundial como um dos países da Europa de principal destino dos imigrantes brasileiros, tornando a ligação entre ambos inevitável. No âmbito da Comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil, em 22 de Abril de 2000, reuniram-se em Porto Seguro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, com intuito de assinar o Tratado de Amizade Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil (2000). Nesse documento, os dois países sustentam sua integração,

Conscientes do amplo campo de convergência de objetivos e da necessidade de reafirmar, consolidar e desenvolver os particulares e fortes laços que unem os dois povos, fruto de uma história partilhada por mais de três séculos e que exprimem uma profunda comunidade de interesses morais, políticos, culturais, sociais e econômicos (GAMA & LAMPREIA, 2000, p. 1).

O Tratado de Amizade (2000), nomeadamente no artigo 1.^o do Título I, possibilita a dinâmica de participação na democracia e integração dos cidadãos brasileiros em Portugal e vice-versa. O Título III, sobre Cooperação cultural, científica e tecnológica, citado no artigo 26.^o, visa promover o desenvolvimento do conhecimento e troca de experiências incentivando o intercâmbio de profissionais da educação, estudantes, pesquisadores e demais representantes de outras atividades culturais, o que torna possível as práticas de migrações por tempo determinado com fins de extensão curricular e estudo em ambos os territórios. As concessões desse Tratado inspiraram a nova Lei da Imigração de 3 de agosto de 2007, quando o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras concede aos estudantes estrangeiros – nesse caso, brasileiros do ensino superior – o título de residência temporário com validade de um ano,

¹ Título I, art.º 1.º – Fundamentos e Objetivos do Tratado: 1) Desenvolvimento econômico, social e cultural alicerçado no respeito dos direitos e liberdades fundamentais, enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no princípio da organização democrática da sociedade e do Estado, e na busca de uma maior e mais ampla justiça social; 2) Estreitamento dos vínculos entre os dois povos, com vista à garantia da paz e do progresso nas relações internacionais, à luz dos objetivos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas; 3) Consolidação da comunidade dos países de língua portuguesa, em que Portugal e Brasil se integram, instrumento fundamental na prossecução de interesses comuns; 4) Participação de Portugal e do Brasil em processos de integração regional, como a União Europeia e o Mercosul, almejando permitir a aproximação entre a Europa e a América Latina para a intensificação das suas relações.

² Título III, art.º 26.º – Cada Parte Contratante atribuirá anualmente bolsas de estudo a nacionais da outra Parte possuidores de diploma universitário, profissionais liberais, técnicos, cientistas, pesquisadores, escritores e artistas, a fim de aperfeiçoarem os seus conhecimentos ou realizarem pesquisas no campo das suas especialidades. As bolsas de estudo deverão ser utilizadas no território da Parte que as tiver concedido.

podendo ser renovado de acordo com a duração do curso ou pesquisa em questão, permitindo a realização de trabalhos de investigação científica, ou obtenção de grau acadêmico, num estabelecimento de ensino superior oficialmente reconhecido em Portugal.

As cimeiras anuais têm contribuído para reforçar o espírito e a letra desses acordos, buscando reforçar as relações e a política externa de Portugal e do Brasil. Fica um exemplo: a X cimeira Portugal-Brasil, que decorreu em Lisboa no dia 19 de maio de 2010, reuniu

José Sócrates, então Primeiro Ministro de Portugal, e o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que reafirmaram o desejo de cooperação recíproca, discutindo suas dinâmicas de interesses nas áreas políticas, econômicas, sociais e culturais.

Estes encontros têm sido precedidos de inúmeros debates e projetos que visam a integração dos imigrantes brasileiros, como o *I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior*, realizado em Lisboa, de 9 a 11 de Maio de 2002, sob os auspícios da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Distrito Federal – MPF, com o apoio organizacional da Casa do Brasil de Lisboa e a colaboração da Cáritas Portuguesa, da Cáritas Brasileira, da Obra Católica Portuguesa de Migrações, da Pastoral dos Brasileiros no Exterior e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nele foi debatida a aplicação de possíveis medidas protetoras aos cidadãos brasileiros que vivem no exterior. Importa salientar que a emigração brasileira para a Península Ibérica é fenômeno recente, se comparado com a emigração dos restantes países latino-americanos (VIDAL, 2009).

Essas disposições vêm sendo consolidadas através das leis de imigração, em conjunto com os órgãos competentes nacionais e com apoio do Consulado Brasileiro, procurando legalizar e melhorar as condições de vida dos cidadãos brasileiros em Portugal, como salienta (PATARRA, 2005, p. 30):

[...] no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores vem desenvolvendo ações sistemáticas de apoio consular aos brasileiros que vivem no exterior, no que se refere à atualização de documentos, abertura dos consulados para a comunidade migrante, estímulo à formação de conselhos consulares com participação de cidadãos brasileiros que vivem fora do país.

No âmbito da Legislação, Portugal avança timidamente no que diz respeito ao desenvolvimento da educação multicultural, como consta na Constituição da República Portuguesa, no art.º 74.º, 1, onde se determina que “todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar” (SÉRGIO, 2007). Como também garante a alínea 2 do mesmo artigo, o “ensino deve contribuir para a superação de

desigualdades econômicas, sociais e culturais, habilitar os cidadãos a participar democraticamente numa sociedade livre e promover a compreensão mútua, a tolerância e o espírito de solidariedade” (CF. GIARDINETTO, 2000, p. 119). Contudo, o Governo português somente efetiva as questões multiculturais na década de 1990, através do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural (SCOPREM), por meio do Despacho n.º 170/ME/93 do Ministério da Educação (GIARDINETTO, 2000).

Globalmente, como se vê no Quadro 1, os imigrados brasileiros em Portugal têm as habilitações literárias superiores à média. Os dados não surpreendem de todo, pois os estudos do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia têm apontado no mesmo sentido.

1. Habilitações literárias dos imigrados brasileiros em Portugal

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	N	%
Não Alfabetizados	4	0,4
1.º Ciclo - Ensino Fundamental (1.º grau, até 4.ª Série, equivalente ao 5.º ano em Portugal)	51	5,6
2.º Ciclo - Ensino Fundamental (1.º grau, 5.ª à 8.ª Série, equivalente ao 9.º ano em Portugal)	146	16,0
Ensino Médio (2.º grau, equivalente ao 12.º ano Portugal)	466	51,2
Ensino Superior (Licenciatura)	123	13,5
Pós-Graduação, Mestrado, ou Doutorado	65	7,1
Ensino Profissional e Tecnológico	38	4,2
Outras Habilitações	18	2,0
Total	911	100,0
Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros em Portugal (GÓIS et al., p. 123).		

O Quadro 1 permite afirmar que a maioria dos inquiridos (51%) possui o Ensino Médio (2.º grau brasileiro/12.º ano português). A seguir observa-se que (16%) possuem 9 anos de estudo (1.º grau brasileiro/9.º ano português). Destacamos o elevado número de indivíduos diplomados com o Ensino Superior – (14%) possuem a licenciatura, 7% com pós-graduações, mestrados e doutorados e 4% concluíram o ensino profissional e tecnológico. Cerca de 6% dos entrevistados concluíram o Ensino Fundamental (1.º grau inicial brasileiro/5.º ano

português). Os analfabetos perfazem um valor residual (0,4%). Se agregarmos os valores referentes ao 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Fundamental (equivalente ao Ensino Básico português), teremos um valor de 21,6%, próximo da percentagem que perfazem os inquiridos com habilitações superiores. Neste momento, os dados indicam que, ao contrário do que se imaginava, o nível das habilitações literárias dos brasileiros em Portugal não é de analfabetos ou de nível básico, mas, sim, de nível médio ou superior.

1.2. Integração e relações interculturais

A integração tem sido definida pelos diversos países de acordo com a sua tradição cultural e os equilíbrios sociopolíticos de cada momento. Sabemos que muitos países pressionam os seus governos para limitarem ou impedirem a integração de estrangeiros. O francês Alain Birou deixa uma ideia da enorme diversidade de entendimento do conceito de integração.

O termo “integração” é relativamente recente. Como muitas outras palavras, tem um sentido vulgar e comum, antes de ter uma significação técnica em sociologia [...]. Integrare significa renovar, ou tornar inteiro [...]. Em inglês, integration é a ação de tornar inteiro. Em espanhol, integración é a reunião ordenada dos diversos componentes que formam um conjunto (BIROU, 1982, p. 210).

Na visão desse sociólogo, o agrupamento natural dos indivíduos constitui “a adaptação das partes ao todo, sendo as partes os membros ou os microgrupos e o todo o ou a sociedade global” (*ibidem*). Assim, a integração social teria um carácter organicista e corresponderia às necessidades vitais da sociedade, assumindo o papel da ação de agregação aos agentes de diferenciação.

A integração exprime-se por normas, hábitos e correntes de opinião dominantes (modelos socioculturais de conduta). Esta definição insiste sobre a noção de concordância e de discordância, de grau de adesão e de desvio, sem tentar interpretar a integração em função dos valores positivos e negativos da sociedade global (*ibidem*).

A maneira como participamos da vida cotidiana na sociedade define o grau de integração do indivíduo no grupo. Suas afinidades e o ajustamento recíprocos fazem com que a pessoa se sinta integrada. O autor ressalva que a integração não pode ser encarada de forma geral, pois os indivíduos podem ao mesmo tempo pertencer a vários grupos na sociedade global. Existem muitas formas de integração, de sociabilidade, e de interações, ou de choques entre esses aspectos e a sociedade global. Contudo, não podemos citar as causas e as condições da

integração, ou de má integração, sem associar o nível na realidade social, em que o indivíduo se encontra ou a forma de agrupamento mencionado.

Diante de um cenário de heterogeneidade cultural, que as sociedades se apresentam, hoje, “é necessário proceder à integração dos sujeitos dessa diversidade. Sendo essa integração designada como o modo como os atores são incorporados num espaço social comum” (CF. SÉRGIO, 2007, p. 24). A ideia é avançar cada vez mais no convívio de culturas diferentes, na experiência e no projeto de vida das sociedades, para alcançar o resultado, que seria ajustar a integração social e o reconhecimento cultural (TOURAINÉ, 1997).

No âmbito da educação, é urgente a criação de uma cultura propícia à inclusão e à integração dos sujeitos, de resto, no quadro das preocupações da UNESCO. A *Declaração Mundial de Educação para Todos*, aprovada em 1990, na Conferência de Jomtien, Tailândia; a *Declaração de Hamburgo*, de 1997, estendendo-se para a *Recomendação de Seul* e, mais recentemente, a *Declaração do Milênio*, no ano 2000, são testemunhos desses esforços para uma cultura da paz, assente na convivência e na educação de todos (WERTHEIN & CUNHA, 2000).

Para a UNESCO, um dos desafios relevantes para a democratização do acesso à educação superior é a internacionalização do ensino, pois indica a necessidade atual do entendimento intercultural entre as sociedades. A cooperação internacional deve

estreitar o intercâmbio baseado na parceria e relevância coletiva, deve também apoiar-se no princípio da solidariedade internacional, pois os países em desenvolvimento nem sempre possuem os meios necessários à implementação de projetos estratégicos (WERTHEIN & CUNHA, 2000, p. 96).

Nessa medida, consideramos fundamental que as instituições de ensino superior definam políticas cativas de inclusão e integração dos alunos provenientes de outros países. O ingresso na universidade constitui um grande desafio para os alunos estrangeiros ao nível de suas competências pessoais, sociais e interpessoais. Esses deparam-se com muitas mudanças e uma nova experiência de vida cheia de novidades e dificuldades: ausência de familiares, adaptação ao novo sistema de ensino, nova cultura, clima, entre outros aspectos. Segundo alguns estudos, muitos alunos estrangeiros do ensino superior “podem experimentar choque cultural, dificuldade de adaptação, com confusão sobre expectativas de papel no novo país, baixa integração social, alienação, dificuldade com atividades diárias, depressão, ansiedade e discriminação” (ANDRADE & TEIXEIRA, 2009). Esses problemas, próprios de quem não está no seu país, são decorrentes das dificuldades imediatas de integração e aculturação.

De acordo com a Teoria do Desenvolvimento Psicossocial do Estudante Universitário, desenvolvida por Chickering, o estudante universitário vivencia sete vetores de modificações em seu desenvolvimento psicossocial: 1. desenvolver o sentido da competência; 2. desenvolver a integração das emoções; 3. desenvolver a autonomia em direção à interdependência; 4. desenvolver as relações interpessoais; 5. desenvolver a identidade; 6. desenvolver um sentido da vida; 7. desenvolver a integridade” (CF. ATAÍDE, 2005, p. 237).

A Universidade de Aveiro, criada em 1973, é uma referência nacional, no tocante ao acolhimento a estudantes estrangeiros, pois sempre buscou participar da visão de conjunto na política social educacional. Possui programas de apoio e incentivo a estudantes estrangeiros, com a colaboração do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação das Universidades Portuguesas, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e, ainda, das embaixadas dos países envolvidos.

Na Universidade de Aveiro existem alunos provenientes de diversos continentes: de toda a Europa, da América do Norte, nomeadamente do Canadá, da Ásia, mormente da China e da Índia, da África e da América Latina, especialmente dos países que têm em comum o português como língua oficial, com destaque para o Brasil.

O Quadro 2 permite ver que não é uniforme o crescimento do número de alunos estrangeiros da Universidade de Aveiro, como permite ver que, hoje, dentre os 748 alunos, 249 (32,3%) são brasileiros e os restantes 499 (67,7%) de outras nacionalidades.

2. Evolução do número de alunos estrangeiros da Universidade de Aveiro

ANO	2000	2006	2007	2008	2009	2010
N.º de alunos estrangeiros	239	423	436	507	642	748
Crescimento Percentual		+77	+3	16,3	26,6	16,5

Alunos matriculados em dezembro dos anos referidos (GPE, UA, 2011).

A Universidade de Aveiro investe na educação e proporciona condições de igualdade de oportunidades para todos através dos Serviços de Ação Social (SASUA), inaugurados em 16 de maio de 1988. É sua missão incentivar e promover a integração dos estudantes estrangeiros.

1.3. Papel social e cultural da internacionalização e mobilidade estudantil

No último meio século, assistiu-se a uma extraordinária expansão do ensino superior e da Investigação técnica e científica. Segundo o Relatório da UNESCO (2006), em 1950, eram 6,5 milhões de estudantes universitários no mundo; em 1960, 13 milhões; em 1980, 61 milhões; em 1995, 82 milhões; em 1999, 92 milhões e, em 2004, 132 milhões. Segundo ZAMBERLAM e seus colaboradores (2009, p. 15), levando-se em consideração as taxas de crescimento assumidas pela UNESCO e pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico), “pode-se estimar que hoje, aproximadamente 168 milhões de estudantes frequentam o ensino superior”.

Em Portugal, não obstante o abrandamento do crescimento registrado na última década, Barreto e Pontes (2007, p. 34) falam de uma “autêntica explosão”, pois, em trinta anos, a população estudantil passou de 25 000 para quase 400 000. O número de universidades passou de 4 para mais de 30, a que se acrescentam vinte e tal politécnicos [...]. Os docentes do ensino superior aumentaram também consideravelmente, passando de 1567 alunos, em 1960 (1113 no setor público), para 17 778, em 1998 (só no setor público) e mais de 20 000, em 2005 [...]. O número de diplomados aumentou também. Aos 2184 de 1960, correspondem, em princípios de 2000, mais de 40 000, em todos os sistemas, público e privado, universitário e politécnico.

De acordo com os dados do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), do Ministério do Ensino Superior, em 2008-2009, frequentaram as universidades portuguesas 17 540 estudantes estrangeiros. A maioria procedente dos países africanos (9045) e do Brasil (3813). A facilidade da língua portuguesa, a amenidade do clima, o relativo baixo custo e a cultura portuguesa – como contraponto à situação socioeconómica, à hiperinflação e insegurança generalizadas no Brasil –, contribuem (em muitos casos) para a escolha dos estudantes por Portugal, como assinalaram diversos autores (EGREJA, 2008; VIDEIRA, 2011). Mas como salienta Egreja (2008, p. 9), importa saber se essa emigração faz de Portugal a porta de entrada na Europa mais desenvolvida. No resto da Europa, destacam-se a França e a Itália e, especialmente, a Espanha (CF. RIPOLL, 2008). Um elevado número de estudantes estrangeiros permanece nesses países ao abrigo de convênios e intercâmbios de mobilidade diversos, como o Erasmus (European Action Scheme for the Mobility of University Students), que vem crescendo a cada ano, mas existe, também, a presença de um

número muito significativo dos que não participam em qualquer programa dessa natureza (B. SILVA & PETRONILHO, 2010).

O processo de globalização facilitou a interação dos diferentes povos, conseqüentemente envolveu a educação de nível superior, gerando condições para a sua internacionalização, ainda que suas raízes possam se encontrar no segundo pós-guerra. Nos Estados Unidos, segundo MARGINSON e RHOADES (*apud* MOROSINI, 2006, p. 116), conceitua-se o termo “internacionalização” como a globalização do ensino superior, o desenvolvimento do aumento de sistemas educacionais integrados e as relações universitárias além da nação”.

Importa realçar que a globalização é um processo complexo que não envolve somente a educação, mas também a cultura, a economia, a política e a internacionalização, no sentido de possibilitar a mobilidade e a transmissão de saberes do sistema de um Estado para outro (CF. SOUZA, 2010).

Nesse contexto, e com base no processo civilizatório dos países desenvolvidos, a educação superior persegue o reconhecimento dos saberes e a formação ao longo da vida, portanto, a busca permanente por qualificações que influenciam diretamente a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Hoje, o recrutamento das multinacionais é globalizado, as experiências de vida, flexibilidade e facilidade de adaptação permitem maiores chances de contratação. Assim, os estudantes de nível superior tendem à mobilidade internacional para ampliar essas possibilidades (ZAMBERLAM et al., 2009).

Organismos como a Associação Internacional de Universidades (IAU) – criada em 1950, reúne atualmente mais de 630 instituições com participação de 150 países – propõem-se garantir o papel social das universidades em todo o mundo, pugnando pela qualidade da educação superior através da cooperação internacional, de modo a promover a integração social e cultural, a solidariedade, em suma, a dignidade humana.

A internacionalização das universidades, fenômeno estudado por diversos autores (CF. MOROSINI, 2006, p. 117), é definida como “o processo que integra uma dimensão global, intercultural e internacional nos objetivos, funções e oferta da educação pós-secundária”. A internacionalização do ensino superior visa, pois, o desenvolvimento humano através do intercâmbio de saberes, pretende manter o contato e ampliar a diversidade dos conhecimentos, para estender os horizontes culturais, as possibilidades científicas e tecnológicas e a compreensão intercultural entre os estudantes universitários. Essa troca de conhecimentos

contribuiu para a renovação e enriquecimento cultural, tanto dos países de acolhimento, quanto dos países de origem.

Consideramos existirem alguns tipos de internacionalização educacional, como a “mobilidade estudantil, mobilidade de docentes, internacionalização de currículos, abertura de filiais, cooperação institucional e de rede, acordo de reconhecimento mútuo, redes transnacionais de universidades e educação superior virtual transnacional” (CF. SOUZA, 2010, p. 9). Nesse sentido, as políticas de internacionalização do ensino superior criaram e desenvolveram parcerias e redes de cooperação internacional entre universidades, empresas, governos e outros organismos. Os Estados Unidos, a União Europeia, a América Latina, Ásia e África participam e oferecem inúmeras opções de redes de cooperação para mobilidade estudantil. Segundo Brito (1995, p. 29), essas emigrações estão relacionadas com a reestruturação do sistema capitalista global, que inverte a tendência verificada durante a segunda vaga da industrialização. Assim, os estudantes buscam sua formação no exterior, participando de programas, convênios e através de intercâmbios disponíveis (ZAMBERLAM et al., 2009).

Atentemos nos valores do Quadro 3, que mostra a distribuição do número de estudantes brasileiros e principais países de destino.

QUADRO 3. Países que recebem estudantes brasileiros - 2007/2008		
Países de destino	Número de alunos	Distribuição (%)
Estados Unidos	7938	34,0
Portugal	2750	11,7
França	1810	7,7
Alemanha	1750	7,5
Espanha	1730	7,3
Reino Unido	1220	5,2
Demais países OCDE	6307	26,6
Total países OCDE	23.505	100

Fonte: *Report on International Educational Exchange, 2007-2008, do Open Doors, apud*

Em geral, observamos duas categorias distintas de estudantes internacionais, os *freemovers* e os que recebem incentivos acadêmicos. Os *Freemovers* são estudantes que se autofinanciam e se movem independentemente. Normalmente, são indivíduos que possuem uma ligação cultural com seu país de origem e possuem uma situação financeira superior, comparada com seus colegas autóctones. Como salienta Marchetto (*apud* ZAMBERLAM et al., 2009), os que recebem incentivos acadêmicos se movem através de acordos ou convênios (programas governamentais ou interinstitucionais, entre entidades do seu país de natureza religiosa, educacionais ou outra), ou recebem bolsas que possibilitam seus estudos no exterior. Dentre esses acordos e programas destacamos os seguintes: ALFA, Erasmus Mundus, Tempus, Comissão Fulbright, Columbus, Pró-África, entre outros. Existem também convênios que proporcionam e incentivam a mobilidade estudantil dos brasileiros, como os programas de bolsas de estudo da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Discriminaremos, portanto, alguns dos programas citados:

O ALFA (América Latina-Formação Acadêmica), criado em 1995 pela União Europeia, dispõe-se a desenvolver e apoiar projetos de cooperação entre universidades europeias e latino-americanas; promove o intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação e está em sua terceira fase. Os países participantes são os Estados membros da União Europeia e os 18 países da América Latina.

O Tempus, instituído, no ano 2000, pela União Europeia, é um programa comunitário que apoia a mobilidade estudantil do ensino superior e dirige-se à região dos Balcãs, ao leste europeu, à Ásia Central, ao Norte da África e ao Oriente Médio.

O Erasmus Mundus, criado em 2004, é um programa da União Europeia para viabilizar e incentivar a cooperação estudantil de nível superior, com países terceiros, buscando o diálogo e compreensão intercultural recíprocos.

A Comissão Fulbright é um programa de intercâmbio cultural que envolve estudantes de nível superior e professores, administrado pelo Departamento de Estado Norte-americano através das embaixadas americanas em todo o mundo, com participação de mais de 140 países.

O Columbus é outro programa de cooperação universitária entre as instituições europeias e latino-americanas; visa a mobilidade estudantil dos membros da rede por um período de seis meses.

O Pró-África está relacionado com a criação da CPLP (Comunidade dos países de língua portuguesa). Nesse âmbito, as relações do Brasil com os países africanos fortaleceram-se. A preocupação quanto ao desenvolvimento do continente africano, no governo do ex- Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, incentivou a implementação do programa Pró-África, instituído em 2004, funcionando como um programa de cooperação e mobilidade de cientistas e pesquisadores para a expansão e elevação da qualidade científico-tecnológica dos países africanos.

A mobilidade estudantil é instrumento essencial para a internacionalização da aprendizagem, pois aumenta as possibilidades dos estudantes em adquirirem experiências, comunicarem-se em outros idiomas e aprenderem a pesquisar em outros países. Esses buscam melhores qualificações para os níveis de graduação, mestrado, doutorado, intercâmbios de alguns meses e até mesmo o estudo de línguas estrangeiras.

1.4 Mobilidade estudantil: vantagens e desvantagens

De acordo com Jurandir Zamberlam et al. (2009), Marília Costa Morosini (2006) e Boaventura Sousa Santos (2005), a internacionalização da educação superior favorece o encontro de culturas e o desenvolvimento dos saberes interculturais. No entanto, esse fenômeno não está imune a algumas ameaças e perigos, como a homogeneização cultural, e o favorecimento os interesses do capitalismo global.

O sistema educacional sofre as consequências da era da globalização e do capitalismo desacerbado. O mercado capitalista molda e condiciona o processo educativo tornando-o mais “individualista e excludente”, a par de um claro recuo dos valores universais da cidadania. Esse enfoque muda a visão das universidades deixando de lado suas aspirações morais e culturais, para adaptar-se a um modelo cegamente competitivo. Divergindo do propósito de uma universidade que valoriza o pensamento crítico e os conhecimentos científicos e humanísticos, manifestados na Idade Média europeia Zamberlam, et al. (2009) salientam as tendências atuais.

Uma série de reformas, nos anos 80, modificaram a relação entre universidade e Estado, entre universidade e economia (especialmente na América do Norte e Europa e, nos anos 90, na América Latina e Central), quando uma nova lógica institucional se impõe, ancorada na ideia de *autonomia avaliada*: o serviço educativo passa a ser orientado pela demanda social e do mercado.

Contudo, essa prática forma acadêmicos que reproduzem padrões de comportamentos através dos conhecimentos instrumentais adquiridos, úteis para o processo de produtividade e eficácia exigidos pelo desenvolvimento do capitalismo (SANTOS, 2005). A crise do sistema institucional de nível superior leva a “crescente descaracterização intelectual da universidade e desvalorização dos diplomas universitários, em geral” (*ibidem*, p. 139).

A partir da nova ordem capitalista o mundo se regionaliza e a sua divisão deixa de ser social e passa a ser econômica, surgindo as denominações “países centrais, semi-periféricos e periféricos”. Os países centrais são caracterizados por serem estáveis economicamente, industrializados, tecnologicamente avançados e que destacam-se no centro das decisões mundiais; os semiperiféricos são os países emergentes que vêm apresentando um alto índice de crescimento socioeconômico ou que se destacam também por serem países em vias de desenvolvimento, e os periféricos são os países mais pobres, pouco industrializados, com produção primária e dependentes economicamente. Nos países pobres ou em desenvolvimento, os problemas econômicos, sociais e a instabilidade política constituem fatores que definem a crise do ensino superior e demonstram as dificuldades e o aumento do custo em manter esses estabelecimentos. A qualidade dos diversos cursos surgidos, o desemprego de diplomados e a fuga de cérebros traduzem o descrédito do ensino superior. Observamos que a multinacionalização da educação superior é outro fator que contribui para a desvalorização institucional.

Nos últimos 40 anos, mais de 1.200.000 profissionais da América Latina e do Caribe emigraram para os Estados Unidos, Canadá e Reino Unido. Durante 40 anos, da América Latina, emigrou uma média de 70 cientistas por dia. Das 150 milhões de pessoas que no mundo participam das atividades científicas e tecnológicas, 90% concentram-se nos países das sete nações mais industrializadas. Países da África, Caribe e América Central perderam, através das migrações, mais de 30% de sua população com nível superior de instrução (Zamberlam, et al., 2009, p. 31).

Acresce ainda o fato de a América Latina não ter acompanhado suficientemente as mudanças e as amplas possibilidades suscitadas pelos intercâmbios internacionais, como salienta Brunner (*apud* SOUZA, 2010, p. 12).

Os intercâmbios acadêmicos são esporádicos e pouco sistemáticos. Não há esquemas que possibilitem a formação superior transnacional. Muitas travas burocráticas dificultam a validação de estudos, o reconhecimento de títulos e a prestação de serviços por estrangeiros. O maior desafio da integração de nossos países é estar em condições de criar redes de conhecimento, de comunicação política, de intercâmbio e processamento de informação, de cooperação acadêmica e de cooperação entre universidades e empresas. Grande parte do futuro depende dos progressos conseguidos com a educação, principalmente em nível superior.

No âmbito da globalização destacamos como elemento negativo as migrações de universitários, pesquisadores e cientistas para os países ocidentais. Isso ocorre pois os países periféricos investem com seus recursos escassos na mobilidade internacional de estudantes através dos acordos bilaterais, mas deparam-se com o competitivo mercado capitalista dos países centrais, que buscam mão de obra qualificada atraindo e absorvendo esses indivíduos, promovendo o fenômeno conhecido como a fuga de cérebros. A fuga de cérebros (*brain drain*) ocorre quando os estudantes saem de seu país de origem com o objetivo de estudar, nesse caso financiados pelo próprio país, e decidem passar de imigrantes temporários para imigrantes permanentes no país de acolhimento. (ZAMBERLAM, et al., 2009).

Segundo José Maria Souza (2010), pesquisar num país estrangeiro pode ser simultaneamente positivo e negativo. A internacionalização do ensino superior deve ter objetivos práticos para atender a uma reforma educacional que insista na cooperação internacional, como sugere o Relatório Delors (1998, p. 141): “no âmbito do seu papel social, as universidades podem pôr a sua autonomia a serviço do debate das grandes questões éticas e científicas com as quais se confrontará a sociedade de amanhã”.

Além das vantagens explanadas, destacamos a mobilidade horizontal, a *light mobility*, quando a mobilidade ocorre entre culturas parecidas não havendo choques culturais destrutivos ou difíceis (CF. SOUZA, 2010, p. 10). Na verdade, o processo de internacionalização da educação através da cooperação e mobilidade estudantil promove o respeito e o reconhecimento da diversidade, alarga os horizontes e favorece o diálogo intercultural. O contato multicultural torna-se imprescindível para o desenvolvimento das múltiplas experiências, científicas e culturais. Foi esse o espírito das comemorações da UNESCO, em 2010, ano internacional para a aproximação das culturas, cujos objetivos foram assim definidos: “assegurar que todos os membros da sociedade tenham oportunidades iguais não é apenas um requisito legal ou um argumento moral, mas também *uma necessidade para uma sociedade florescente e coesa no século XXI*” (Comissão Europeia *pela diversidade contra a discriminação*, 2010).

Conclusão

Numa época marcada por extraordinárias mudanças geoestratégicas, pela emergência de novas potências econômicas, políticas e militares, pelo poder dos novos meios de informação e de comunicação, uma época marcada pelo enfraquecimento dos estados nacionais, importa

estabelecer condições para convivermos com os novos “diferentes”. A educação intercultural desempenha o papel que outrora desempenhou a educação nacional, no quadro dos Estados nacionais. Assim, se antes importava homogeneizar internamente para tornar diferente face ao exterior, como bem explica Boaventura de Sousa Santos, hoje é urgente repensar os (frágeis) mecanismos de integração e de desenvolvimento do sistema educativo, de modo a promover o respeito pelo diferente. Melhor, para percebermos nas diferenças as vantagens que antes víamos apenas na homogeneidade cultural. De modo a entendermos a diversidade como uma normalidade. Foi nossa intenção compreender como funciona a organização dos atores incorporados num espaço social comum, suas relações intergrupais, seu envolvimento com as diferenças étnicas e culturais e sua adaptação ao contexto universitário.

Dessa forma, apresentamos os números atuais que representam os estudantes brasileiros de nível superior em países estrangeiros, com destaque para Portugal, tentando perceber a dinâmica da sua integração. Contudo, foi necessário conhecer alguns dos acordos bilaterais que estreitam as relações de amizade entre Portugal e o Brasil.

Nessa direção, admitimos que o Estado português tem se empenhado para implementar, desenvolver e reconhecer as diversidades linguísticas e culturais fazendo emergir novas formas de cidadania, garantindo a aplicação dos princípios proclamados na Declaração dos Direitos Humanos como também, de acordo com a Convenção das Nações Unidas, assegurando os direitos de saúde e educação das comunidades estrangeiras (SÉRGIO, p. 35).

Este estudo nos permitiu observar, antes de mais nada, que estamos diante de um grupo extremamente heterogêneo, sob qualquer ponto de vista, pelo que é redutor e preconceituoso falar de “brasileiros” como se falássemos de uma entidade monolítica, como se de uma comunidade homogênea se tratasse. As identidades são vistas como construções sociais, não estáticas, podendo os indivíduos assumir identidades diferentes em diferentes momentos.

Ao reconhecer essa realidade, pensamos as questões da internacionalização do ensino superior, uma área ainda pouco estudada em termos de investigação, com o propósito de refletir sobre os desafios para as universidades do século XXI. Atualmente, o Conselho da Europa e a UNESCO têm-se mobilizado para promover e desenvolver políticas e práticas que permitam instituições, estudantes, professores, pesquisadores e sociedade global participarem das diferentes modalidades de cooperação internacional educacional disponíveis, com o objetivo de cultivar o conhecimento sem fronteiras. Essas iniciativas, ao nosso ver, são muito positivas, pois possibilitam criar parcerias entre instituições, democratizar a

internacionalização da educação e garantir a formação de cidadãos críticos com uma visão globalizada.

Como mencionado, constitui um grande desafio para a comunidade acadêmica a situação de diversidade que caracteriza o ensino superior, exigindo novas formas de comunicação no sistema educativo e na sociedade em geral. Nesse sentido, achamos pertinente discutir sobre as vantagens e desvantagens da mobilidade estudantil internacional a fim de compreender o papel da universidade em desempenhar e perpetuar valores humanísticos através da socialização.

De fato, a valorização dos saberes é parte essencial do nosso trabalho, sendo fundamental e indiscutível constituir a educação intercultural no ensino superior, assegurando o sucesso dos relacionamentos e a plena integração dos estudantes estrangeiros, nesse caso dos brasileiros em Portugal. Pela nossa parte, julgamos ter dado um pequeno contributo para uma cultura de tolerância e de solidariedade, capaz de se alimentar do diálogo intercultural para a inclusão das diversidades.

Documentos

BARROSO, J. M. D. Decreto-Lei n.º 251/2002. Presidência do Conselho de Ministros. 2002.

COMISSÃO EUROPÉIA. Pela diversidade contra a discriminação. 2010. Disponível em:

http://ec.europa.eu/employment_social/fdad/cms/stopdiscrimination/diversity_in_the_eu/?langid=pt Acesso em: 06/09/2010.

DELORS, J. Educação um tesouro a descobrir Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília-DF: Cortez Editora, 1998.

EUROPA, C. d. Convenção para a protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais com as modificações introduzidas pelo Protocolo n.º 11. Roma, 1990.

ONU. Declaração do Milénio. Lisboa, 2000.

SEF, *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. 2009. Disponível em: <http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx> Acesso em: 05/05/2010.

SEF, *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. 2010. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf. Acesso em: 15/01/2011.

UNESCO. Guidelines on Intercultural Education. France, 2006.

Bibliografia

- ANDRADE, A. M. J. d. & Teixeira, M. A. P. Adaptação à universidade de estudantes internacionais: um estudo com alunos de um programa de convênio, *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S167933902009000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 12/07/2010.
- ATAÍDE, R. Estudante do Ensino Universitário: necessidade e desafios. In A. S. Pereira & E. D. Motta (Eds.), *Ação social e aconselhamento psicológico no ensino superior Investigação e Intervenção*. Coimbra: SASUC Edições, 2005.
- BARRETO, A. & PONTES, J. Portugal, um retrato social (vol. 7: Um país como os outros – A formação de uma sociedade europeia), Lisboa, 2007.
- BIROU, A. *Dicionário das Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Dom Quixote, 1982.
- BRITO, F. Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. *Revista Brasileira de Estudos da População*, 12(1-2), 21-33, 1995.
- EGREJA, Catarina. Imigrantes brasileiros qualificados em Portugal: que inserção? *VII Congresso Português de Sociologia sobre Mundos Sociais: saberes e práticas*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2008. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/478.pdf>>.
- GAMA, J. J. M. d., & LAMPREIA, L. F. Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil. Porto Seguro, 2000.
- GIARDINETTO, J. R. B. *Reflexões sobre o papel da escola e do ensino de matemática em tempos de globalização: multiculturalismo e/ou 'monoculturalismo'?*. São Paulo: Universidade Católica Portuguesa (Pólo de Viseu), 2000.
- GÓIS, P., & MARQUES, B. P. e. J. P. Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal. *Revista Migrações*, n.º 5. 111-133, 2009.
- MEYER, J-B. Network approach *versus* brain drain: lessons from the Diaspora, *International Migration*. Número especial: *International migration of the highly skilled*, 39(5), International Organization for Migration.
- MOROSINI, M. C.. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas. *Educar*, 28, 107-124. 2006.
- PATARRA, N. L. Migrações Internacionais de para o Brasil Contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em perspectiva*, 19, 23-33. 2005.

- RIPOLL, E. M. O Brasil e a Espanha na dinâmica das migrações internacionais: um breve panorama dos emigrantes brasileiros na Espanha. *Revista Brasileira de Estudos da População*, 25(1), 151-165, 2008.
- SANTOS, B. d. S. A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. *Educação, Sociedade e Culturas*, 23, 137-202, 2005.
- SÉRGIO, P. C. C. *Língua Portuguesa e integração*. Dissertação de mestrado - Universidade de Aveiro. Aveiro: 2007.
- SILVA, B., & PETRONILHO, A. Universidades captam cada vez mais estudantes estrangeiros. *Diário Económico*, Porto, 2010.
- SOUZA, J. M. d. J. A Internacionalização e a mobilidade na Educação Superior: O debate na América Latina. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, 10. 2010.
- TOURAINÉ, A. Iguais e diferentes – poderemos viver juntos? *Epistemologia e sociedade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- WERTHEIN, & CUNHA, C. d. A UNESCO e as novas perspectivas para o desenvolvimento do Ensino Superior. *EccoS revista científica*, 2, 91-107. 2000.
- VIDEIRA, R. Partir, chegar e voltar: brasileiros em Portugal. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidade e (Des)igualdades. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2011. Disponível em: <<http://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/487>>.
- VIDAL, M. O. *Emigrantes brasileiros em Espanha: fluxos, políticas e implicações sociais*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado apresentada à escola Nacional de Ciências Estatísticas. 2009. Disponível em: <http://www.lep.ibge.gov.br/ence/pos_graduacao/mestrado/dissertacoes/pdf/2009/Marcelo_de_Oliveira_Vidal%20TC.pdf>.
- ZAMBERLAM, J., Corso, G., Bocchi, L., Filippin, J., & Külkamp, W. Estudantes internacionais no processo globalizador e na internacionalização do ensino superior. *Solidus*, Porto Alegre. 2009.

Submissão: Abril de 2012

Publicação: Julho de 2012